

*Handwritten signature and initials*

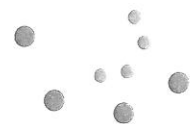
## **AUTO DE INDEMNIZAÇÃO AUTÓNOMA**

*AC 02 /05*

**Zona de Intervenção da CacémPolis, S.A.**

**Expropriações**

**Parcela n.º 12.D**



*[Handwritten signature and initials]*

**Entre**

**Primeira Outorgante: CacémPolis, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis no Cacém, SA**, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com sede na Rua Nova do Zambujal, nº 9, 1º Piso, no Cacém, com o capital social de Euros 15.625.000, pessoa colectiva nº 505077892, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais, com o nº 16810, adiante designada por Primeira Outorgante ou por CacémPolis, S.A., neste acto representada por **Prof. Doutor Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara e Eng. Paulo Jorge Martins da Cunha Neves**, na qualidade de Vogais do Conselho de Administração, com poderes para o acto;

e

**Segunda Outorgante: Matos & Fernanda, Lda.**, sociedade comercial por quotas, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Sintra sob o número 7637/921116, contribuinte fiscal nº 502882930, com sede social na Rua Elias Garcia, nº 6, R/C Dto., 2735-254 Cacém, neste acto representada por **Arlindo Martins de Matos e Maria Fernanda Pinto de Oliveira Martins de Matos**, na qualidade de sócios gerentes, com poderes para o acto.

**Considerando que:**

- A) Em 20/12/2000, o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e a Câmara Municipal de Sintra aprovaram o Plano Estratégico do Cacém, que prevê um conjunto de acções a implementar, no âmbito da intervenção do Programa Polis no Cacém;
- B) A Assembleia Municipal de Sintra, em 18/10/2002, aprovou o Plano de Pormenor da Área Central Cacém, da zona de intervenção da CacémPolis, elaborado e aprovado ao abrigo do Decreto-Lei nº 314/2000, de 2 de Dezembro, o qual foi ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 44/2003, publicada em Diário da República – I Série-B, de 26 de Março de 2003;
- C) Para execução do Plano de Pormenor da Área Central do Cacém, é necessário expropriar a parcela 12, identificada no extracto da Planta das Expropriações em anexo;
- D) O Conselho de Administração da CacémPolis, no uso das prerrogativas conferidas no artigo 7º do Decreto-Lei n.º 43/2001, de 9 de Fevereiro, em reunião de 27/01/2004,

deliberou nos termos do n.º 1 do artigo 10º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei 168/99, de 18 de Setembro e do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 314/2000, de 2 de Dezembro, requerer a declaração de utilidade pública das expropriações necessárias à execução do Plano de Pormenor da Área Central do Cacém, entre elas da parcela 12;

E) Foi declarada a utilidade pública, com carácter de urgência, desta expropriação por Despacho n.º 15163/2004 (2ª Série), de 05/07/2004, do Ministro das Cidades, Ordenamento do Território, e Ambiente publicado em Diário da República, II Série, n.º 176, de 28 de Julho de 2004;

F) O Conselho de Administração da CacémPolis, SA, em reunião de 9 de Fevereiro de 2005, aprovou os termos constantes do presente Auto;

**é celebrado e reciprocamente aceite o presente Auto, que se rege pelos termos e condições constantes nas cláusulas seguintes:**

#### **Cláusula Primeira**

A Segunda Outorgante celebrou um contrato de arrendamento comercial relativo a um espaço que é parte do prédio urbano sito na Rua Elias Garcia, nº 6, R/C Dto., 2735-254 Cacém, identificado no extracto da Planta de Expropriações em anexo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Agualva-Cacém, sob o número 03123, e inscrito na respectiva matriz predial, sob os artigos 855 e 915, que afectou ao funcionamento de uma sociedade de compra, venda e administração de imóveis.

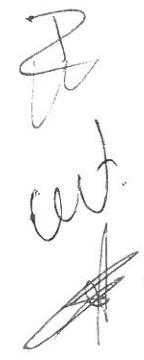
#### **Cláusula Segunda**

Pela cessação do contrato de arrendamento relativo ao espaço comercial objecto do presente Auto, a Primeira Outorgante paga à Segunda Outorgante o montante de Euros 46.021,36 (quarenta e seis mil e vinte e um euros e trinta e seis cêntimos), que corresponde à totalidade da indemnização acordada entre as partes pelos prejuízos resultantes da expropriação.



### Cláusula Terceira

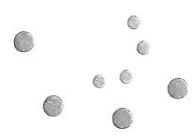
Na presente data, a Primeira Outorgante paga à Segunda Outorgante a quantia de Euros 46.021,36 (quarenta e seis mil e vinte e um euros e trinta e seis cêntimos), sendo Euros 2.191,49 (dois mil cento e noventa e um euros e quarenta e nove cêntimos) pagos em cheque, dando estes com a assinatura do presente Auto quitação bastante, e a parte restante do montante convencionado no valor de Euros 43.829,87 (quarenta e três mil oitocentos e vinte e nove euros oitenta e sete cêntimos) satisfeita mediante a entrega à segunda outorgante de uma autorização de levantamento do montante depositado à ordem desta na conta do Banco B.P.I., balcão do Cacém, com numero 3308608.170.001.



### Cláusula Quarta

1. A Primeira Outorgante compromete-se a reservar um espaço comercial para realojamento definitivo da actividade da Segunda Outorgante, situado no denominado Edifício da Nova Baixa do Cacém, com uma área aproximada de 100 metros quadrados.
2. A Primeira Outorgante compromete-se a vender o espaço referido no número anterior à Segunda Outorgante de acordo com os seguintes valores:
  - a) Os 100 metros quadrados, equivalentes à área de que a Segunda Outorgante dispõe actualmente, serão vendidos a Euros 1.437,50 (mil quatrocentos e trinta e sete euros e cinquenta cêntimos) por metro quadrado;
3. A data previsível para a disponibilização do espaço referido no número anterior é o primeiro semestre de 2007.

Feito no Cacém, aos 9 dias do mês de Fevereiro, do ano de dois mil e cinco, em dois exemplares, ficando um com a CacémPolis, SA e outro com a Segunda Outorgante.

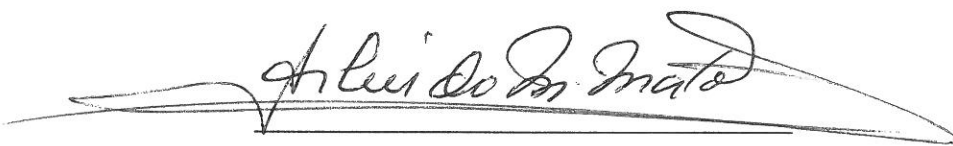


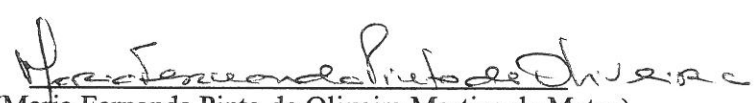
**Pela CacémPolis, SA**

  
(Paulo Jorge Martins da Cunha Neves)

  
(Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara)

**Pela “Matos & Fernanda”**

  
(Arlindo Martins de Matos)

  
(Maria Fernanda Pinto de Oliveira Martins de Matos)

